

“DESBRAVANDO” E TRANSFORMANDO: AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS NO OESTE CATARINENSE, NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980

MICHELY CRISTINA RIBEIRO^{1*}, SAMIRA PERUCHI MORETTO¹

¹Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó.

*Autor para correspondência: Michely Cristina Ribeiro (michelyribeiro@hotmail.com)

1 Introdução

Na primeira metade do século XX, o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina ocasionou uma intensificação no desmatamento devido e catalisado pela instalação de serrarias e madeireiras. A cobertura vegetal da região era composta por duas fitofisionomias do bioma da Mata Atlântica: a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED). A FOM, também conhecida como Floresta de Araucária, correspondia a cerca de 42,5% da vegetação do estado, ocupando 40.807 km². Apenas 0,7% de sua área original ainda encontra-se remanescente. Com relação à FED, restam menos de 3% de sua área inicial de 9.196 km². A devastação observada na Floresta Ombrófila Mista e na Floresta Estacional Decidual possui estreita ligação com o aumento da antropização da paisagem a partir da colonização.

Antes do início da atuação de companhias colonizadoras no oeste catarinense, o local era ocupado principalmente por indígenas e caboclos. Os colonos que chegaram à região possuíam descendência alemã e italiana, e grande parte desses imigrantes vieram do Rio Grande do Sul. A relação desses diferentes grupos sociais com a terra não ocorria do mesmo modo. No período da colonização, a extração madeireira ocorreu para fazer a limpeza dos lotes e dar espaço para as atividades agropecuárias, sendo que sua comercialização e exportação representaram grandes lucros para o Estado. Entre as medidas legais que influenciaram nos aspectos analisados no presente estudo estão a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e promulgação do Código Florestal, ambas ocorridas na década de 1960.

2 Objetivo

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar o processo histórico da

transformação ambiental no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1960 a 1980. Assim como, identificar os diferentes grupos sociais que ocupavam a região; compreender o processo de desmatamento na região; identificar a influência do Código Florestal; descrever as atividades econômicas presentes no período; analisar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na região.

3 Metodologia

Este projeto de pesquisa foi desenvolvido através da metodologia da História Ambiental, buscando compreender as relações dos grupos sociais que habitavam a região Oeste com o ambiente em que estavam inseridos, englobando aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos. Embora muitos trabalhos importantes tenham sido realizados com enfoque no Oeste catarinense, ainda existe um número pequeno de estudos que abordam a relação histórica de homens e mulheres com o meio ambiente na região. Conforme Donald Worster, “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991, p. 199).

Como base teórica e aporte bibliográfico, foram utilizadas obras de Donald Worster, Warren Dean, José Augusto Pádua, José Augusto Drummond, Eunice Sueli Nodari, Arlene Renk, Paulo Pinheiro Machado, Eli Maria Bellani, entre outros. As fontes utilizadas na pesquisa documental incluem relatórios de governo, censos demográficos, relatórios das companhias colonizadoras, os periódicos regionais e estaduais, a legislação federal, mapas e entrevistas. Grande parte das fontes pesquisadas encontra-se disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), principalmente os periódicos como *A Voz de Chapecó*, *O Imparcial*, *Folha d'Oeste*, *Correio do Sul* e outros.

4 Resultados e Discussão

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que o processo de colonização da região Oeste catarinense ocasionou conflitos entre os diferentes grupos sociais envolvidos. Os indígenas e caboclos, que habitavam a região anteriormente, ocupavam as terras pelo regime de posse, e foram expropriados para viabilizar a comercialização dos lotes para os colonos. Anos mais tarde, os conflitos pela legalização da posse de terras e por indenizações dos proprietários dos lotes ainda permaneciam constantes. Sendo assim, o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a atuar na regularização fundiária em Santa Catarina em 1972, com sede em Chapecó.

Além das questões relativas à propriedade da terra, o modo como esses grupos sociais a utilizavam também era diferente. Nesse processo, o corte de madeiras foi feito tanto para ceder lugar às atividades agrícolas e pecuárias quanto para a construção de estradas. O potencial madeireiro da região era ressaltado através das propagandas dos lotes vendidos pelas companhias colonizadoras, já no início do século XX. Após a derrubada das árvores, as madeiras eram transportadas principalmente para a Argentina por meio do Rio Uruguai, por onde passavam as balsas na época das cheias do rio.

Em 15 de setembro de 1965, foi promulgado o Código Florestal por meio da Lei nº 4.771. Ainda na década de 1960, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) substituiu o antigo Instituto Nacional do Pinho (INP). Além do controle do corte indiscriminado em áreas florestais, o Código previa o incentivo fiscal para o reflorestamento, em que parte do imposto de renda poderia ser destinado para esse fim. Entretanto, o mesmo Código não especificava as espécies que deveriam ser utilizadas para o reflorestamento. Dessa forma, a preferência foi dada para espécies exóticas, como o *Pinus spp* e *Eucalyptus*, cujo plantio foi incentivado inclusive pelo IBDF. Até mesmo enunciados das empresas de reflorestamento publicados nos periódicos regionais demonstravam que a preocupação principal era a econômica, como é o caso da Santa Úrsula Florestal Ltda: “Vamos devolver à terra o verde de suas florestas – e o faremos com muito patriotismo e amplos lucros” (FOLHA D’OESTE, 22 de agosto de 1970, p. 7. Acervo: CEOM).

5 Conclusão

Conclui-se que a exploração dos recursos florestais intensificada pelo processo de colonização ocasionou uma descaracterização da paisagem original do Oeste catarinense. Tais transformações envolvem complexidades em diversos setores, como políticos, econômicos, sociais e culturais. A floresta e o meio ambiente, que serviram como atração, sofreram alterações em grande escala.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA: Incra, 2006.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Palavras-chave: História Ambiental; Transformações Ambientais; Desmatamento.

Fonte de Financiamento

PRO-ICT/UFFS